



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA RODRIGUES CORDEIRO COSTA

**A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA PARA A GOVERNANÇA DAS
EMPRESAS**

RIO DE JANEIRO

2022

FERNANDA RODRIGUES CORDEIRO COSTA

**A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA PARA A GOVERNANÇA DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
FACC – Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis como parte dos requisitos
para a Conclusão do Curso de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Mônica Visconti de Melo

RIO DE JANEIRO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

FERNANDA RODRIGUES CORDEIRO COSTA

**A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA PARA A GOVERNANÇA DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
FACC – Faculdade de Administração e
Ciências Contábeis como parte dos requisitos
para a Conclusão do Curso de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2022.

Prof.^a. Mônica Visconti de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a. Daniela Gama Cardoso – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a. Alessandra Lima Marques – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Com o crescimento das empresas e da competitividade surge a necessidade de uma estrutura interna mais forte, da gestão corporativa e do controle de processos internos. Com o mercado mais competitivo e exigente as empresas precisaram passar por uma mudança na forma de gestão, apoiando-se os gestores em sistemas de decisão e controle, buscando melhora nos processos organizacionais. A auditoria interna atua ainda na prestação de contas, sistema de informações da empresa e na medição do desempenho, ganha grande importância na organização na gestão corporativa e de risco, o que faz com que passe a ser mais valorizada dentro das empresas. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância da auditoria para a governança das empresas. Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica baseada na literatura e na legislação atinente ao tema objeto de estudo. A atividade da auditoria na atualidade, não mais possui função apenas de fiscalizar, mas também adota a função proativa de auxílio à gestão subsidiando aos gestores com informações, sugestões e recomendações voltadas as decisões estratégicas, melhorando a gestão de riscos, controle interno e de governança corporativa. A auditoria presta informações precisas e tempestivas. No processo de gestão a auditoria é um instrumento de auxílio as empresas para que tenham boas práticas de governança corporativa, que tem por objetivo a gestão responsável das empresas.

Palavras-chave: Auditoria; Controle interno; Gestão.

ABSTRACT

With the growth of companies and competitiveness arises the need for a stronger internal structure, corporate management, and control of internal processes. With the most competitive and demanding market, companies had to go through a change in the way of management, supporting managers in decision and control systems, seeking improvement in organizational processes. The internal audit also acts in the accountability, information system of the company and in the measurement of performance, gains significant importance in the organization in corporate and risk management, which makes it more valued within companies. The present research has as its general objective to analyze the importance of auditing for corporate governance. For this, bibliographic research based on the literature and legislation related to the theme of study will be used. The audit activity today no longer has a function of monitoring, but also adopts the proactive function of assisting management by supporting managers with information, suggestions and recommendations focused on strategic decisions, improving risk management, internal control, and corporate governance. The audit provides accurate and timely information. In the management process, auditing is an instrument to help companies to have good corporate governance practices, which aims at responsible management of companies.

Keywords: Audit; Internal control; Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferença entre auditoria interna e externa.....	13
Quadro 2 - Estudos realizados sobre o tema.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 AUDITORIA	11
2.2 CONTROLES INTERNOS	17
2.3 GESTÃO DE RISCOS	20
3 METODOLOGIA.....	24
4 RESULTADOS DA PESQUISA	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A auditoria pode ser conceituada como um processo em que há um levantamento de procedimentos, avaliações e operações no que tange as demonstrações contábeis da entidade auditada. Observam-se os aspectos atinentes ao que vem sendo aplicado na entidade e os princípios e regramentos contábeis e legislativos.

É uma técnica que se utiliza para a apuração das informações contábeis de uma entidade, objetivando o controle patrimonial e ainda as demonstrações contábeis. Dessa forma, há o levantamento, o estudo e a avaliação das rotinas financeiras (ATTIE, 2010).

A auditoria apresenta-se como solução no desenvolvimento do mercado competitivo, que cada vez mais estão em buscas de certezas que permitam perspectivas futuras e concretas para as empresas (LIMA, 2014).

Assim, pode se resumir a finalidade da auditoria como a forma em que as entidades podem se assegurar de que há a conformidade de suas práticas contábeis com a legislação pertinente e mais do que isso, que seja possível transparecer a real situação patrimonial que a entidade possui.

A auditoria é algo de grande importância nas instituições, sendo uma ferramenta que auxilia as empresas na conquista de seus objetivos e aos gestores ao ponto em que fornece informação de todos os níveis da organização.

Com o crescimento das empresas e da competitividade surge a necessidade de uma estrutura interna mais forte, da gestão corporativa e do controle de processos internos. Com o mercado mais competitivo e exigente as empresas precisaram passar por uma mudança na forma de gestão, apoiando-se os gestores em sistemas de decisão e controle, buscando melhora nos processos organizacionais.

A avaliação de auditoria interna, neste contexto, auxilia no processo decisório da gestão, por meio de estratégias inovadoras para controles internos, fazendo com que as empresas se tornem mais competitivas e que possam ter um modelo de gestão empresarial com uma estrutura organizacional interna mais forte, com gestão de riscos, permitindo a evolução da empresa. Dessa forma, temos que a missão da auditoria interna é “aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação (*assurance*), assessoria (*advisory*) e conhecimento (*insight*) objetivos baseados em riscos” (IIA, 2022).

A auditoria interna atua ainda na prestação de contas, sistema de informações da empresa e na medição do desempenho, ganha grande importância na organização na gestão corporativa e de risco, o que faz com que passe a ser mais valorizada dentro das empresas.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância da auditoria para a governança das empresas. Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica baseada na literatura e na legislação atinente ao tema objeto de estudo.

Os objetivos específicos da pesquisa são: apresentar os conceitos de auditoria e controles internos, bem como suas aplicações; analisar o processo de auditoria dentro das empresas e seus efeitos para a gestão; e apresentar os resultados advindos do estudo, promovendo um ciclo de melhoria contínua nas empresas.

O estudo justifica-se pela importância da temática e sua contribuição para estudos sobre mercado financeiro e a relevância da auditoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os principais conceitos atinentes a temática objeto de estudo.

2.1 AUDITORIA

A auditoria é uma técnica que se utiliza para a apuração das informações contábeis de uma entidade, objetivando o controle patrimonial e ainda as demonstrações contábeis. Dessa forma, há o levantamento, o estudo e a avaliação das rotinas financeiras (ATTIE, 2010).

A auditoria se posiciona como uma técnica contábil que utiliza procedimentos específicos e peculiares, os quais aplicados no exame de registros, documentos e inspeções através da obtenção de informações e confirmações, estabelecem condições para o controle de patrimônio da entidade (CORDEIRO, 2013, p.6).

Assim, pode se resumir a finalidade da auditoria como a forma em que as entidades podem se assegurar de que há a conformidade de suas práticas contábeis com a legislação pertinente e mais do que isso, que seja possível transparecer a real situação patrimonial que a entidade possui.

A auditoria é classificada segundo a forma de intervenção que é exercida, podendo ser interna ou externa. A indicação é de que haja tanto a auditoria interna quanto a externa na entidade, para que todas as áreas sejam examinadas.

Pode-se dizer que a auditoria interna possui um importante papel dentro das instituições, sendo um conjunto de procedimentos técnicos que visam a adequação e a eficácia dos controles internos.

Ao ponto em que as instituições passaram a expandir-se, houve a necessidade de que se tivesse um maior controle sobre os procedimentos internos, principalmente pela necessidade de controle das atividades desenvolvidas (ALMEIDA, 2009).

A auditoria interna caracteriza-se como um grupo de procedimentos que possuem a finalidade básica de verificar a adequação dos controles internos, das informações contábeis, operações a atividades.

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar operações, como um serviço prestado à administração. Constitui

um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial (CREPALDI, 2013, p. 65).

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a atingir seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança (IIA, 2022).

Assim, a auditoria interna é uma atividade que se alia a administração, oferecendo recomendações sobre as questões por ela examinadas ao setor administrativo da entidade.

Para que se alcancem os objetivos da auditoria interna o profissional deve poder agir com independência e imparcialidade, integridade e objetividade, para tanto deve atuar de forma separada dos demais profissionais da instituição, conforme Attie (1992).

Assim, pode-se dizer que os controles internos são os procedimentos, métodos ou rotinas adotadas pelas instituições para a coordenação dos negócios e atividades desenvolvidas, de acordo com Almeida (2009).

Assim pela auditoria interna e os controles internos se tem os procedimentos de acompanhamento de desempenho das instituições, fornecendo informações para o funcionamento e a correta tomada de decisão.

Já a auditoria externa é um grupo de procedimentos que possuem como finalidade a emissão de um parecer que conta com as demonstrações contábeis da entidade auditada.

A auditoria externa “é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada, e que poderá ser contratado para auditoria permanentemente ou eventualmente” (ATTIE, 1998, p. 174).

Quando se fala em auditoria externa ou independente tem-se uma auditoria realizada em pequenos espaços de tempo nas instituições, voltando-se principalmente as demonstrações contábeis, por outro lado com a auditoria interna tem-se uma auditoria mais aprofundada e realizada periodicamente, abrangendo diversas áreas.

Seu objetivo é conhecer a situação patrimonial e financeira e a partir disso emite-se um parecer sobre a entidade e se essa se encontra em consonância com o que preconiza a legislação brasileira.

Auditoria externa é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa. Assim, o principal objetivo é emitir um parecer

sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, quanto à sua adequação consoante os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade (CREPALDI, 2013, p. 74).

Diferentemente do que acontece com a auditoria interna em que o auditor é um funcionário da empresa, na auditoria externa o auditor é um profissional que não possui vínculo trabalhista com a entidade auditada, sendo possuidor de um registro no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria externa visa a prestação de um serviço com credibilidade, as demonstrações contábeis são analisadas em um contexto das normas próprias de auditoria e dos princípios atinentes a contabilidade.

Muito embora, haja diversos pontos em que as auditorias interna e externa sejam parecidas, inclusive por atuarem no âmbito empresarial, alguns de seus objetivos e finalidades apresentam diferenças, dentre eles podem ser citados:

Quadro 1: Diferença entre auditoria interna e externa

Auditoria		
	Interna	Externa
Auditor	Auditor possui vínculo empregatício com a empresa auditada	Auditor independente não possui vínculo empregatício com a empresa
Periodicidade	A auditoria é contínua e frequente, determinada pela empresa – a norma não impõe uma periodicidade específica	Ocorre trimestralmente, semestralmente ou anualmente, a depender da atividade da Companhia
Objetivo	Avaliar os processos internos Avaliar a eficácia organizacional Avaliar a adequação das práticas Buscar a melhoria contínua das atividades	Examinar e atestar a veracidade e integridade das demonstrações contábeis Aumentar o grau de confiabilidade nas demonstrações contábeis por parte dos usuários
Sistema de Controle Interno	Avaliação permanente Permite a revisão e o aperfeiçoamento das atividades	Trata-se da base do escopo da auditoria O auditor deve obter entendimento do processo da entidade para monitorar o sistema de controles internos relevante para a preparação das demonstrações contábeis
Acompanhamento posterior	Maior acompanhamento posterior	Somente é possível quando se realiza nova auditoria, isto é, a contratação é renovada

Produto final	Relatório contendo observações e sugestões com alto grau de detalhamento para a Companhia	Relatório do auditor independente contendo o parecer da auditoria (em menor grau de detalhamento que a auditoria interna) e carta de controles internos, quando aplicável
Registro do auditor e regulamentação	O CIA (<i>Certified internal auditor certification</i>) é a principal certificação para auditores internos e são regulamentados pelo IIA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil), denominado anteriormente de AUDIBRA	Devem possuir registro no CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e seguir as orientações técnicas emanadas do IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cordeiro (2013)

A auditoria interna:

Compreendem os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (CASTRO, 2010, p. 385).

A auditoria externa “é uma das técnicas utilizadas pela contabilidade, ou seja, aquela destinada a examinar a escrituração e demonstrações contábeis, a fim de confirmar sua adequação”, conforme Jund (2007, p. 26).

Tomando por base as informações trazidas no quadro acima, identifica-se que a diferença primordial que há entre auditoria interna e a auditoria externa está na independência que existem na auditoria externa, haja vista ser prestada por um profissional independente.

A atividade de auditoria externa divide-se em três fases, são elas: planejamento, execução e conclusão.

- Planejamento: “consiste na determinação antecipada de quais procedimentos serão aplicados, bem como a sua extensão e distribuição no tempo e escolha dos auditores que executarão o trabalho”, conforme Attie (1986, p. 246). Neste fase o auditor realiza a revisão dos relatórios, analisa evolução das atividades, entre outros.
- Execução: levantamento dos registros e documentos, acesso aos procedimentos, visualização das atividades desenvolvidas na empresa.
- Conclusão: última fase do trabalho, apresentando o resultado das ações de controle, com o relatório da auditoria e as evidências devidamente documentadas (IIA/AUDIBRA, 1991)

Dentre as técnicas da auditoria, observa-se aquelas que buscam pela veracidade dos fatos em que se tem o controle da escrituração contábil e as informações geradas pelos controles internos que devem ser e transparentes, de forma que o gestor possa realizar os ajustes quando necessários.

Confirmação externa (circularização); inspeção física; contagem dos itens físicos; exame, ou obtenção, de comprovantes autênticos; revisão profunda dos critérios de avaliação e exame de sua conformidade com os princípios contábeis; exame de registros auxiliares e fiscais e sua repercussão nos registros contábeis principais; obtenção de informações de várias fontes fidedignas e cruzamento destas informações; conferência de somas e cálculos; estudo dos métodos operacionais; avaliação dos controles internos. (FRANCO E MARRA, 2009, p. 298).

O auditor em seu trabalho utiliza de documentos que contêm informações, a descrição de como foi realizado o trabalho e as conclusões obtidas, devendo haver conferência e comparação entre os saldos das contas e os relatórios.

Diante destes conceitos, observa-se que a auditoria auxilia as entidades no processo de tomada de decisão, haja vista que analisa os seus aspectos patrimoniais. A tomada de decisão remete a um pensamento sobre o futuro, mesmo sabendo que não é possível precisar se realmente o planejado acontecerá. O que é possível que se estabeleça previsões e probabilidades, mas mesmo assim não se terá certezas sobre o futuro, sendo assim, permeada pelo risco (ATRILL; MCLANEY, 2014).

A tomada de decisão remete a um pensamento sobre o futuro, mesmo sabendo que não é possível precisar se realmente o planejado acontecerá. O que é possível que se estabeleça previsões e probabilidades, mas mesmo assim não se terá certezas sobre o futuro, sendo assim, permeada pelo risco (ATRILL; MCLANEY, 2014).

Tomar decisões significa “identificar e selecionar um curso de ação para lidar com um problema específico ou extrair vantagens em uma oportunidade” (CHIAVENATO, 2004, p.254). Neste sentido, tomar decisões acertadas é fundamental na área da Administração no âmbito das empresas.

Pode se dizer que “a tomada de decisão depende da existência de informações fidedignas em tempo hábil. A qualidade da decisão está intimamente condicionada à informação existente, por isso a informação afeta profundamente a vida das pessoas” (PEREIRA; FONSECA, 2009, p. 25).

Ainda, “o processo da tomada de decisão consiste em três grandes etapas: o exame ou análise do problema, o desenvolvimento ou desenho de curso de ação e a implementação da decisão” (PADOVEZE, 2012, p.30).

As decisões que são tomadas na empresa refletem tanto no ambiente interno quanto externo “o processo decisório não restringe apenas aos limites da empresa, pois também está ligado aos investidores, aos fornecedores de bens e serviços a crédito, aos bancos, ao governo etc.” (MARION, 2011, p. 16).

As decisões que são tomadas na instituição refletem tanto no ambiente interno quanto externo pois o processo decisório não possui limites atrelados ao público interno da empresa, pois atinge o público externo como investidores, fornecedores de bens e serviços, bancos, governo, entre outros interessados (MARION, 2011).

Na tomada de decisão envolve-se a gestão estratégica, preocupando-se com os problemas externos e com o ambiente como um todo, em que está inserida, com uma visão global do todo. O objetivo principal é o gerenciamento, estabelecendo o equilíbrio entre as áreas da instituição e identificando as principais necessidades de cada uma delas.

Tomada de decisões compreende a identificação de um problema específico e forma de resolvê-lo, analisando as alternativas cabíveis, optando sempre pela escolha da melhor delas (STONER E FREEMAN, 1999).

Pode se dizer que para a correta tomada de decisão deve se ter informações fidedignas e em tempo hábil. Para que se tenha uma decisão de qualidade deve-se ter uma informação de qualidade, diante disso, a informação afeta profundamente a vida das pessoas (PEREIRA; FONSECA, 2009).

O tomador de decisão “está inserido em uma situação, pretende alcançar objetivos, tem preferências pessoais e segue estratégias (curso de ação) para alcançar resultados”. (CHIAVENATO, 2004, p. 348).

2.2 CONTROLES INTERNOS

Os controles internos são avaliados pelos auditores para que possam chegar à conclusão de confiabilidade ou não dos processos e rotinas implementados na empresa auditada. Ainda, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 315 (R2), temos que:

Sistema de controle interno é o sistema planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, pela administração e por outros empregados para fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, à efetividade e eficiência das operações e à conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Para fins das normas de auditoria, o sistema de controles internos consiste de cinco componentes inter-relacionados:

- (i) ambiente de controle;
- (ii) processo de avaliação de riscos da entidade;
- (iii) processo da entidade para monitorar o sistema de controles internos;
- (iv) sistema de informação e comunicação; e
- (v) atividades de controle (NBC TA 315 R2, 2021, p.5).

Um controle interno eficaz diminui a probabilidade de incidência de erros e distorções materiais ou fraudes. Nas empresas os processos são realizados por pessoas, por isso abre-se a possibilidade de ocorrência de falhas humanas, decisões equivocadas, atitudes incorretas, entre outras. Frente a isso, o controle interno busca que haja uma maior eficácia nos processos (LIMA; CASTRO 2009).

As organizações devem ter procedimentos robustos de controle interno para limitar o risco de fraude, e é papel da auditoria interna avaliar esses controles. O risco de fraude deve ser incluído no plano de auditoria e em cada tarefa de auditoria, para avaliar a adequação dos controles antifraude. Auditores internos não devem investigar fraudes, a menos que tenham a experiência.

O procedimento de controle interno é feito pela administração e colaboradores, devendo ser disseminado enquanto cultura organizacional e monitorado constantemente buscando sua eficácia (BASTOS, et. al., 2011).

Conforme IIA/AUDIBRA (1995, p. 28):

Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a alta administração como os níveis gerais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidas sejam atingidos. A alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.

O controle interno relaciona-se com as demais áreas das empresas, utilizando-se de informações contábeis e financeiras, na busca pela eficiência operacional e pela prevenção de erros e fraudes, conforme Bonacim et al. (2009).

Para Lima et al. (2009) controle interno pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos que auxiliam a administração na condução dos negócios, possuindo informação e dados corretos e com isso protegendo a empresa. O controle interno deve ser avaliado na auditoria, devendo neste momento ser determinada a natureza e extensão dos procedimentos adotados.

De acordo com Attie (2011, p. 195), o controle interno possui quatro objetivos principais, que são: “a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes”.

A finalidade do controle interno “é garantir o cumprimento das metas; proteger as ações e evitar a ocorrência de impropriedades e irregulares, por meio dos princípios, técnicas e instrumentos próprios”, conforme Castro (2010, p. 298).

Os controles internos podem ser classificados quanto a sua função na empresa, conforme segue:

- Preventivos: trabalham de modo que eventos indesejáveis não ocorram;
- Detectivos: detectam os erros ou eventos indesejáveis;
- Corretivos: após a ocorrência desses eventos, corrige os erros;

No início do trabalho das empresas, o empresário é capaz de controlar todas as etapas da organização, o que deixa de ocorrer conforme vai crescendo, surgindo os controles internos, para estruturas organizacionais mais complexas, e permitindo que os funcionários auxiliem o empresário, por meio de relatórios, no gerenciamento da empresa.

De acordo com Almeida (2009, p. 70): “não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias”.

O auditor interno deve seguir alguns procedimentos na realização da auditoria interna. Devem ser evitadas técnicas inadequadas e desperdício de tempo e de recursos. O auditor precisa realizar um planejamento geral que devem buscar mudar uma realidade, cumprir uma finalidade ou organizar uma atividade, conforme destacada Castro (2010).

Para Jund (2002) a forma de programar o controle interno pode ser lógica quando implantada por pessoas ou computadores sem que haja nisso mudança significativa ou ainda técnica quando não pode ser implantada de forma manual, sendo necessária a utilização de equipamentos.

No que se refere ao processo decisório o controle interno pode ser vertical, seguindo uma linha vertical de autoridade, ou horizontal, seguindo um fluxo de processamento. Quanto a sua natureza, podem ser controles contábeis relacionados aos registros contábeis e a proteção dos ativos e administrativos relacionados a eficiência operacional e as políticas administrativas.

No cumprimento com suas responsabilidades, os auditores internos devem entender claramente os controles e os processos típicos de controle, considerar a cultura de riscos inserida, bem como compreender o que pode impedir que o controle atinja seus objetivos e sua criticidade.

O auditor no controle interno deve assessorar a administração na prevenção de erros e fraudes, mas identificá-la não é sua obrigação. De acordo com a norma 2130 do IIPF do The IIA: “A atividade de auditoria interna deve auxiliar a organização a manter controles eficazes, avaliando a eficácia e eficiência desses controles e promovendo melhorias contínuas” (IIA, 2016).

A avaliação de sistemas de controle interno compreende: determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer; verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades; treinamento de pessoal; estudos de tempos e movimentos; análise das variações entre os valores orçados e os incorridos; controle dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente (ALMEIDA, 2009, p. 52).

A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração, conforme temos na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 240 R2 (2016). O auditor que realiza auditoria de acordo com as normas de auditoria é responsável apenas por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contém distorções relevantes, causadas por fraude ou erro (NBC TA 200 R1, 2016).

Devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria.

O auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Isso porque uma auditoria tem limitações inerentes, e, como resultado, a maior parte das evidências de auditoria que propiciam ao auditor obter suas conclusões e nas quais baseia a sua opinião são persuasivas ao invés de conclusivas. As limitações inerentes de uma auditoria originam-se da natureza das informações contábeis; natureza dos procedimentos de auditoria; e necessidade de que a auditoria seja conduzida dentro de um período de tempo razoável e a um custo razoável (NBC TA 200 R1, 2016, p.16).

Nota-se, portanto, que o gestor por meio do controle interno pode obter segurança razoável e evitar fraudes, bem como minimizar riscos e erros, implantando um sistema de controle interno eficaz avaliado pelos auditores.

No entanto, mesmo que medidas efetivas sejam adotadas, uma organização ainda estará sujeita a falhas no controle interno caso os responsáveis pela administração da entidade tomem decisões inadequadas — seja por erros de avaliação, seja por avaliações tendenciosas —, por se tratar de uma limitação à efetividade dos controles internos.

O efetivo gerenciamento de riscos corporativos, não importa o quanto seja bem projetado e operado, apenas proporcionará uma segurança razoável, à administração e ao conselho de administração, quanto ao cumprimento dos objetivos de uma organização. A realização dos objetivos é afetada por limitações inerentes a todos os processos administrativos. Essas limitações incluem o fato que o julgamento humano no processo decisório pode falhar, e que os colapsos podem ocorrer em decorrência dessas falhas humanas, como erros ou equívocos simples. Além disso, os controles podem ser neutralizados por conluio de dois ou mais indivíduos, e a administração dispõe da capacidade de desabilitar o processo de gestão de riscos corporativos, inclusive decisões de resposta a risco e atividades de controle. Outro fator limitante é a necessidade de considerar os custos e os benefícios associados às respostas a riscos (COSO, 2007).

2.3 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de risco é atribuição do auditor interno, sendo o momento em que verifica a eficácia do controle interno e monitoramento de riscos. Estes atribuídos são utilizados na administração da gestão do negócio, o que leva os gestores a estarem cada vez mais preocupados com a gestão de riscos (LIMA; CASTRO 2009). Conseguir identificar riscos e elimina-los evita que na instituição ocorram eventos inesperados e perdas resultantes. De acordo com Fernandes et. al., (2010) os riscos podem ser classificados em: decorrentes de operação humana; defeitos nos processos ou equipamentos e fraudes e erros que resultam de atitudes e ações ilegais ou inadequadas por parte dos colaboradores.

Conforme Pamponet (2009) a gestão de riscos é uma estratégia capaz de identificar, minimizar e solucionar possíveis riscos capazes de afetar as empresas. Para que se tenha um correto gerenciamento de riscos nas instituições o auditor precisa se atentar aos processos internos e externos, as entradas e saídas que se referem à rotina dos negócios. Lélis e Pinheiro (2012) referem-se à aplicação da auditoria contínua no caso de se identificar um risco certo e que pode voltar a ocorrer. Pela auditoria contínua são definidos critérios e padrões que servirão para que se verifique automaticamente a ocorrência dos fatores geradores do risco.

O auditor interno possui o papel de assessoramento a administração no que se refere a identificação, prevenção e gestão de riscos, propondo soluções e auxiliando em decisões capazes de minimizar e gerenciar riscos (LIMA; CASTRO 2009). A auditoria interna auxilia na prevenção a fraudes e erros, elaborando relatórios sobre indícios ou confirmações de irregularidade nas instituições, quando aplicável, e contribuindo com melhorias.

De acordo com a NBC TI 01 do Conselho Federal de Contabilidade, a fraude “aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários” (BRASIL, 2003). Já em relação ao erro:

[...] aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários (BRASIL, 2003).

Fraude e erro podem ocorrer de diferentes formas, sendo uma das formas capazes de evitá-los o uso de um sistema contábil interno que conte com uma auditoria de forma periódica. O auditor nesse contexto deve ser capaz de identificar e conhecer as possibilidades de ocorrência de fraude e de erros. Ainda, de acordo com a NBC TI 01 o auditor interno “deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho” (BRASIL, 2003).

A auditoria interna tem seu trabalho orientado pelo ERM do COSO, estabelecendo naquele instrumento os objetivos organizacionais, relatórios operacionais e financeiros, a necessidade de atuar em conformidade com as normas, a eficiência nos processos, entre outros elementos importantes para o sucesso da organização. Risco em auditoria refere-se à possibilidade de que nas demonstrações contábeis possa ocorrer erros, que o auditor não tenha

identificado na auditoria e por isso não tenha relatado no relatório por ele elaborado (BOYNTON et. al., 2002)

Pela avaliação de riscos a instituição pode identificar eventuais riscos que possam vir a interferir nas suas atividades, sendo de grande importância para a administração da empresa. Ao avaliar os riscos, a empresa observa os impactos que eventos previstos e imprevistos podem causar a concretização de seus objetivos. Para análise dos riscos são observadas a probabilidade de o risco ocorrer e o impacto de sua ocorrência, ou seja, a sua extensão. Com a avaliação de riscos pretende-se aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos e ao mesmo tempo diminuir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos.

Para a análise dos riscos podem ser utilizadas análises qualitativas ou quantitativas. A primeira refere-se à avaliação de probabilidade de ocorrência e de seu impacto podendo ser um risco alto, médio ou baixo. Já a segunda refere-se à análise numérica do efeito dos riscos. Os riscos podem ser internos ou externos. Os riscos externos referem-se aqueles resultantes das condições de mercado, não havendo influência da empresa, tais como as mudanças na economia. Já os riscos internos são oriundos das decisões e atos corporativos, como por exemplo, perda de uma oportunidade de mercado. A auditoria baseada em risco, acontece em três estágios relacionados à sua implementação e operação na empresa. Os estágios são:

- Estágio 1: Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos da Companhia: determinação, avaliação e monitoramento dos riscos.
- Estágio 2: Planejamento de auditorias periódicas
- Estágio 3: Auditorias individuais: tarefas individuais.

No que se refere à avaliação da maturidade de riscos se tem o aparato para a abordagem da auditoria interna que deve ser compatível a gestão de riscos implementada na empresa. Dentro desta fase se tem os seguintes objetivos: avaliar a maturidade de riscos; elaborar relatório de avaliação e definir estratégias de auditoria. A auditoria depende da maturidade de riscos da empresa, com isso a auditoria interna auxilia na melhoria dos processos de gestão de riscos. Para tanto, são utilizadas as seguintes estratégias: tipo de garantia que se espera dar; planejamento da auditoria e ainda tipo de consultoria fornecida. A maturidade de risco pode ser dividida em ingênuo, consciente, definido, gerenciado e habilitado.

A auditoria aplicada aos riscos realiza o manejo dos riscos, na resposta dada a cada risco, avaliação e monitoramento, após isso se elabora um relatório que é apresentado a direção da

empresa. Dentre os objetivos de auditorias periódicas podem se citadas: harmonizar respostas de gestão de riscos, elaborar um plano de auditoria.

A auditoria baseada em risco desenvolve-se nas ações tomadas pela equipe diretiva da empresa para responder aos riscos. A realização de uma auditoria individual é garantir que os negócios e atividades da empresa sejam analisados, se as respostas aos riscos têm sido eficazes, os processos de gestão de riscos, entre outros aspectos.

Dentre os benefícios da auditoria em riscos podem ser citados:

- Conclusões claras e não ambíguas sobre a gestão de riscos;
- Contribuição direta para os objetivos da organização;
- Responsabilidade da direção pela gestão de riscos.

Dentre as dificuldades do processo de auditoria em riscos podem ser citadas a falta de conhecimento dos auditores para lidar com pessoas e falta de habilidades administrativas, entre outros. A auditoria interna baseada na gestão de risco tem um modo de atuação diferente do que em relação a um processo de auditoria em outras áreas. O auditor interno na auditoria baseada em risco analisa a potencialidade de eventuais riscos na instituição, testando os controles utilizados para a redução destes riscos.

De acordo com Castanheira (2007, p.12),

[...] a atual definição de auditoria interna alinha o trabalho dos auditores com os fatores críticos de sucesso das organizações e os seus processos essenciais, pelo que a mudança do conceito de auditoria interna deve ser acompanhada da mudança do perfil do auditor interno.

O auditor interno passa a ser conhecedor da atividade a qual audita, em seus vários níveis, identificando os riscos que podem vir a ameaçar os objetivos estratégicos da empresa, tendo um maior compromisso para com o seu futuro e sucesso (CASTANHEIRA, 2007, p. 12). A auditoria baseada em riscos tem seu início e fim baseado nas considerações dos riscos das atividades da empresa. Frente a isso, os controles internos são ferramentas importantes para que se tenha um tratamento de riscos, bem como seu controle e meios para que se possa reduzi-los (CICCO, 2014).

3 METODOLOGIA

A metodologia tem o papel de definir o tipo de pesquisa a ser realizada, os procedimentos a serem adotados para coleta e análise dos dados (BERTUCCI, 2008). O presente tópico irá descrever metodologia e as técnicas aplicadas no desenvolvimento deste estudo.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 126), “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.” Assim, o método científico é a linha de raciocínio construída pelo pesquisador durante a execução do trabalho.

As técnicas de coletas de dados são procedimentos utilizados no levantamento das informações obtidas para a pesquisa, que podem ser divididas em três grandes grupos: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, sendo aquele que estabelece relações entre as variáveis analisadas, levantar hipóteses ou possibilidades para explicar essas relações, através de técnicas para chegar ao seu objetivo, uma vez que a pesquisa descritiva possui característica intermediária entre exploratória e explicativa, onde os dados coletados serão analisados e interpretados sem que o pesquisador interfira sobre eles, conforme Bertucci (2008).

Com relação aos métodos de delineamento da pesquisa científica, existem algumas tipologias disponíveis como: o estudo de caso, a pesquisa ação, método de levantamento (Survey), pesquisa experimental, pesquisa documental ou bibliográfica. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Esta pesquisa será bibliográfica que é aquela realizada com base em material já publicado, como livros, revistas, artigos científicos, ou ainda com materiais publicados na internet desde que se observe a confiabilidade das fontes consultadas. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Como o presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na sequência serão apresentados alguns dos estudos que foram pesquisados pela autora, realizados sobre a temática objeto de estudo.

Silva e Vieira buscaram demonstrar a importância da Auditoria Interna como ferramenta de gestão dentro das organizações, avaliando o resultado das informações e sugerindo pontos de melhoria. De acordo com os autores a auditoria interna é uma importante ferramenta de gestão, desde que sejam conhecidas as ferramentas de gestão, avaliado o uso das informações apresentadas pela auditoria e evidenciados os pontos fortes e fracos da organização. Empresários que possuem visão de seus negócios utilizam da auditoria como uma ferramenta de gestão para impulsionar seus negócios. Destacam ainda, o papel da auditoria em aumentar receitas, inovar, aprimorar a qualidade dos produtos, diminuir custos e planejar as próximas ações da empresa. Todas as empresas devem buscar por controles que auxiliem os gestores na tomada de decisão, na execução das atividades, na redução dos riscos e aumento dos resultados.

Duarte (2017) objetivaram em seu estudo analisar e demonstrar a importância da auditoria interna na gestão hospitalar. A pesquisa foi realizada em cinco hospitais públicos do distrito do Porto e de acordo com as entrevistas realizadas nota-se que a opinião dos entrevistados é de que serviço de auditoria interna promove a eficiência e eficácia na contribuição para uma melhor gestão da instituição. No que se refere a gestão de falhas, consideram os entrevistados que a auditoria interna contribui para que as falhas sejam corrigidas, proporcionando ganhos à instituição. Ainda, a auditoria interna ao gerir adequadamente a utilização de recursos, contribui para um serviço com mais qualidade e eficiência, impactando no do serviço prestado.

Trindade, Pereira e Thereza (2017) identificaram em sua pesquisa que as empresas que buscam o crescimento precisam manter o controle sobre todos os seus setores, e nesse sentido o papel do auditor é fundamental, é ele que deve elaborar análises e pareceres, levando ao administrador as informações necessárias para que possa realizar a tomada de decisão.

Rosa, Moreira e Harano (2018) demonstraram que a auditoria interna verifica a veracidade das informações por meio dos documentos da entidade, incluindo a verificação da propriedade e posse dela. De acordo com os autores, a auditoria interna atua nos processos das atividades realizadas e documentações respectivas, buscando melhoria na eficácia e eficiência

dos procedimentos internos, buscando minimizar a ocorrência de fraudes, erros e da negligência profissional. Os gestores podem ou não acatar os posicionamentos dos auditores, para a tomada de decisão.

Dias e Pagnussat (2019) verificaram as práticas de Governança Corporativa, Transparência e Controle Interno, aplicadas pela Odebrecht, de forma a identificar os motivos que favoreceram as fraudes. Como metodologia foi realizado um estudo de caso com dados coletados do site da Odebrecht e mídia eletrônica sobre a operação Lava Jato, dos fatos ocorridos no Brasil no período de 2014 a 2016. Conforme depoimento do ex-presidente da organização não havia na empresa nenhum tipo de controle e isso favoreceu roubo interno e a implantação de um departamento de propina. O controle Interno é de extrema importância para uma organização ajudando na prevenção de golpes, fidedignidade dos relatórios e na detecção de falhas.

Dias et. al. (2019) analisaram o processo de Institucionalização da auditoria interna em uma universidade federal, na perspectiva de auditores e gestores. Identificaram os pesquisadores que a Auditoria Interna possui aderência da alta gestão, havendo um entendimento socialmente compartilhado sobre a eficácia da estrutura, vendo a auditoria em um viés de orientação, e não de fiscalização. Na universidade objeto de estudo notou-se a necessidade de aprimorar o processo de capacitação dos servidores e de ampliar o acesso a programas e sistemas de informação. Ainda, identificou-se que há uma visão distorcida sobre a Auditoria Interna o que pode gerar temor e sentimento de rejeição em níveis hierárquicos inferiores, reforçando a ideia de que o desconhecimento sobre a atuação da Auditoria Interna faz com que os auditados tenham um posicionamento de defesa.

O Quadro 2, apresenta objetivamente os estudos anteriormente citados e a metodologia utilizada.

Quadro 2: Estudos realizados sobre o tema

Ano	Autor	Título	Objetivo	Metodologia
2015	Silva e Vieira	AUDITORIA INTERNA: Uma ferramenta de gestão dentro das organizações	Demonstrar a importância da Auditoria Interna como ferramenta de gestão dentro das organizações, avaliando o resultado das informações e sugerindo pontos de melhoria	Pesquisa bibliográfica em livros, revistas, sites e de campo, por meio de um questionário aplicado a algumas organizações

2016	Almeida e Vieira	O reflexo da auditoria externa para a governança corporativa	Analisar o reflexo da auditoria externa para a governança corporativa e demonstrar o quanto a auditoria, com seus métodos de exame, verificação e recomendações pode contribuir para melhorar a governança de uma companhia	Pesquisa bibliográfica
2017	Duarte	A Importância da Auditoria Interna para uma Gestão Eficiente e Eficaz em Instituições Hospitalares do Setor Público	Analisar e demonstrar a importância da auditoria interna na gestão hospitalar	Pesquisa de campo através de inquérito por questionário e entrevista
2017	Trindade, Pereira, Thereza	A importância da auditoria interna nas empresas	Demonstrar de forma clara e sucinta a necessidade de uma auditoria interna na busca de controle nas atividades exercidas na empresa	Pesquisa bibliográfica
2018	Rosa, Moreira, Harano	Auditoria Interna Auxiliando O Processo De Gestão	Demonstrar que a auditoria interna verifica a veracidade das informações por meio dos documentos da entidade, incluindo a verificação da propriedade e posse dela	Pesquisa bibliográfica
2019	Dias e Pagnussat	Governança corporativa, transparência e controle interno: um estudo de caso na Odebrecht.	Verificar as práticas de Governança Corporativa, Transparência e Controle Interno, aplicadas pela Odebrecht, de forma a identificar os motivos que favoreceram as fraudes	Pesquisa aplicada; qualitativa; exploratória; bibliográfica com aplicação de um estudo de caso
2019	Dias et. al.	Auditoria interna e gestão: estudo de caso em uma universidade federal à luz da teoria institucional	Analisar o processo de Institucionalização da auditoria interna em uma universidade federal, na perspectiva de auditores e gestores	Pesquisa qualitativa, estudo de caso único. Entrevistas com auditores e gestores da alta administração e análise de documental.

Fonte: Elaboração própria (2022)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O auditor interno atua na empresa, na identificação, prevenção e gestão de riscos decorrentes de sua atividade, não devendo tomar por si decisões e ações, mas sim na proposta de soluções que auxiliam os gestores na tomada de decisões.

A auditoria é realizada em quatro etapas, na primeira se tem o planejamento dos trabalhos de auditoria, na segunda a execução do trabalho de auditoria seguindo o estabelecido na etapa de planejamento, na terceira etapa se tem a comunicação dos resultados com as conclusões do trabalho e por fim o monitoramento da evolução das ações corretivas visando a melhoria dos processos, a mitigação dos riscos, melhoria entre outros.

Dos resultados da auditoria interna podem ser obtidos resultados que interfiram nas ações empresas que provocarão mudanças internas e que deverão ser avaliadas. A partir disso a empresa pode agir com maior embasamento, contribuir no processo decisório, pode-se propor melhorias, alcançar os objetivos de eficiência, com isso ajudando o gestor a ter eficácia das rotinas e operações.

A atividade da auditoria não possui função investigativa ou de fiscalização, mas adota a função proativa de auxílio à gestão subsidiando aos gestores com informações, sugestões e recomendações voltadas as decisões estratégicas, melhorando a gestão de riscos, controle interno e de governança corporativa. O auditor interno deve ter zelo em sua atividade, que não implica em infalibilidade. Não se pode oferecer certeza de que não conformidades ou irregularidades não existam. Os procedimentos de avaliação, mesmo quando realizados com zelo, também não garantem que todos os riscos significativos sejam identificados devido às limitações inerentes aos controles internos das empresas. No processo de gestão a auditoria é um instrumento de auxílio as empresas para que tenham boas práticas de governança corporativa, que tem por objetivo a gestão responsável das empresas.

No que se refere às limitações da presente pesquisa, deve-se considerar a confiabilidade dos dados obtidos em relação à coleta de dados, bem como é questionável a possibilidade de que determinadas empresas informem espontaneamente as estratégias adotadas em seus processos de decisão. Outra limitação importante é a amplitude das datas de elaboração da pesquisa e suas fontes, devido à ausência de novos estudos relevantes sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. Auditoria: 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ASSAF Neto, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Fundamentos de Administração Financeira - 3ª Ed. Atlas, 2017.
- ATRILL; MCLANEY. *Accounting and Finance: An Introduction*. Pearson Education, 2014.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- ATTIE, William. Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 1986.
- ATTIE, William. Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 1992.
- ATTIE, William. Auditoria Interna. São Paulo: Atlas, 1998.
- BASTOS, Kária Henrique; MACHADO, Débora Gomes; OLEIRO, Walter Nunes. Controle Interno: Análise da Produção Científica dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração de 2004 a 2009, 2011.
- BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC). Atlas, 2008.
- BONACIM, Carlos A. Grespan; SALGADO, André Luís; GIRIOLI, Lumila Souza; ARAUJO, Adriama Maria P. de. A Influência da Estrutura Organizacional nos Controles Internos de uma Fundação para Pesquisa, Prevenção e Assistência do Câncer do Interior Paulista, 2009.
- BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G.. Auditoria. São Paulo: Ed. Atlas S.a., 2002.
- CARVALHO, F. L; PEREIRA, N. A Importância da Auditoria Externa na Detecção de Fraudes, 2013.
- CASTANHEIRA, N. Auditoria Interna Baseada no Risco, 2007.
- CASTRO, D. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. Atlas, 2010.
- CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. Elsevier, 2004.
- CICCO, F. Auditoria Baseada em Riscos Aplicada a Sistemas de Gestão. QSP, 2014.
- CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. Auditoria Interna e Operacional: Fundamentos, conceitos e aplicações práticas. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- CREPALDI, A, S. Auditoria Contábil: conceitos e aplicações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, Letícia dos Passos Pereira et al. Auditoria interna e gestão: estudo de caso em uma universidade federal à luz da teoria institucional. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, p. 116-139, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2020v13n2p116/43316>.

Acesso em 05 set. 2021

DUARTE, Mariana da Silva. A importância da auditoria interna para uma gestão eficiente e eficaz em instituições hospitalares do setor público. 2017. Tese de Doutorado.. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/10957>. Acesso em 05 set. 2021

FERNANDES, F. C.; KLANN, R. C.; NASCIMENTO, S.; PEREIRA, A. M. Gestão de riscos operacionais nas instituições financeiras do Brasil e do Reino Unido. In: XIII SEMEAD, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: 2010 - v. 1, p. 1-15.

FRANCO, H.; MARRA, E. Auditoria Contábil. Atlas, 2009.

GALVÃO, Alexandre; BRESSAN, Aureliano A.; CAMPOS, Breno. Finanças Corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil. Elsevier, 2008.

GROPPELLI, A. A. Administração Financeira. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2002.

IIA. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>. Acesso em 10 jul. 2022

IIA. Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Código de ética. 2009.

IIA. Missão da Auditoria Interna. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/missao-da-auditoria-interna>. Acesso em 10 jul. 2022

JUND, Sergio. Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

JUND, Sergio. Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

LÉLIS, Débora Lage Martins; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Percepção de Auditores e Auditados sobre as Práticas de Auditoria. São Paulo: R. Cont. Fin. – Usp, 2012.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009

LIMA, J. C. C. Os tipos de auditoria e suas aplicações na empresa. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unoeste. Presidente Prudente, 2008.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial – Instrumento de Análise, Gerência e Decisão. Atlas, 2011

Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Externa. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em 16 jun. 2022

Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Interna. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ti-de-auditoria-interna/>. Acesso em 16 jun. 2022

PADOVEZE, Clovis Luís. Contabilidade Gerencial – Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil. Atlas, 2012

PAMPONET, Arnaud Velhoso. Auditoria Interna de Processos. Fortaleza: Portal de Auditoria, 2009

PEREIRA, Maria J. L. De Bretas; FONSECA, João Gabriel M. Faces da Decisão – Abordagem Sistêmica do Processo Decisivo. LTC, 2009

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Feevale, 2013

ROSA, Gisele Theodora Evaristo; MOREIRA, Josiane Queiroz; HARANO, Fernando Takeo. Auditoria interna auxiliando o processo de gestão. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, v. 7, n. 8, p. 134-146, 2018. Disponível em: <http://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/409>. Acesso em 29 ago. 2021

SILVA DIAS, Wesleyne da; PAGNUSSAT, Antonielle. GOVERNANÇA CORPORATIVA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO: um estudo de caso na Odebrecht. **Revista Científica da Ajes**, v. 8, n. 17, 2019. Disponível em: <http://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/320>. Acesso em 29 ago. 2021

SILVA, Manuela Alvares; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques. AUDITORIA INTERNA: Uma ferramenta de gestão dentro das organizações. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/28559/20046>. Acesso em 05 set. 2021

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

TRINDADE, Hugo De Assis; DA SILVA PEREIRA, Pablo Ramon; THEREZA, Marcos Antônio. A importância da auditoria interna nas empresas. Revista eletrônica organizações e sociedade, v. 6, n. 5, p. 98-107, 2017. Disponível em: <http://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/274>. Acesso em 29 ago. 2021